

EDUCOMUNICAÇÃO E JORNALISMO COMUNITÁRIO: A CRIAÇÃO DE NOVOS CONTRATOS COMUNICACIONAIS EMANCIPATÓRIOS

Jade Gonçalves Castilho Leite

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Graduada no curso de Licenciatura em Educomunicação da ECA-USP e Bacharel em Jornalismo pela PUC-Campinas. Assessora de comunicação na Fundação Carlos Chagas e pesquisadora colaboradora do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA-USP. E-mail: jadegcleite@usp.br.

Mirian Meliani

Pós-doutoranda em Comunicação Digital na ECA-USP, doutora e mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, graduada em Jornalismo pela PUC-SP e em História pela FFLCH-USP. É professora universitária em cursos de graduação e pós-graduação. É membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Jornalismo e Mídias Digitais, COM+, da ECA-USP/CNPq, e do Interlab 21-Comunicação e Criação nas Mídias – CCM-PUCSP/CNPq. É presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber) no biênio 2023-2025. Suas pesquisas abrangem novos formatos do jornalismo digital, hiperlocalidade e processos criativos. E-mail: mimeliani@gmail.com.

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão de literatura que recupera conceitos de educomunicação e jornalismo comunitário, realinhados a uma esfera comunicacional em transformação. A partir dos sentidos de interação, dialogia e polifonia, propõe a realocação do conceito de contratos comunicacionais, compreendidos como modelos negociáveis, capazes de dialogar com uma alteridade múltipla e transitória. Ao alinhar as práticas comunicativas e educativas, percebe-se a possibilidade de fortalecer espaços de partilha do comum, promovendo participação, diálogo e emancipação dos sujeitos (Nunes, 2024). Em última instância, o que se deseja é garantir a circulação de informação consolidada e qualificada, fazendo frente aos contextos de desinformação.

Palavras-Chave:

educomunicação. comunicação comunitária. jornalismo e emancipação; contratos comunicacionais; cidadania.

ABSTRACT

This article presents a literature review that recovers concepts of educommunication and community journalism, realigned to a changing communication sphere. Based on the meanings of interaction, dialogy and polyphony, it proposes the reallocation of the concept of communication contracts, understood as negotiable models, capable of dialoguing with multiple and transitory otherness. By aligning communicative and educational practices, it is possible to strengthen spaces for sharing the common, promoting participation, dialogue and emancipation of subjects (Nunes, 2024). Ultimately, what we want is to guarantee the circulation of consolidated and qualified information, countering contexts of disinformation.

Keywords:

eduducation; community communication; journalism and emancipation; communication contracts; citizenship.

1 INTRODUÇÃO

Na confluência de dois campos altamente relevantes para a construção e a manutenção da cidadania, a educomunicação se apresenta como resposta para muitas inquietudes atuais. A fim de compreender a potencialidade da práxis educacional, este artigo promoveu uma revisão de literatura, somando a tal reflexão os estudos de comunicação comunitária e de jornalismo hiperlocal, com a hipótese de que, em associação, se constituem como espaços privilegiados para a adoção de soluções emancipatórias baseadas na percepção de pertencimento e memória comunitária.

Como ponto de partida, contextualizamos o campo da educomunicação e sua relevância nas pesquisas com aporte nas obras de Ismar de Oliveira Soares (2011), Paulo Freire (2017), Claudemir Edson Viana (2017) e Edgar Morin (2011).

Em seguida, apresentamos os conceitos de comunicação e jornalismo comunitários e seu incentivo à participação cidadã, por meio de estudos e referências de Cicilia Peruzzo (1998; 2000; 2009), Raquel Paiva (2006) e Dennis de Oliveira (2020). Por fim, com o suporte de Lúcia Santaella (2019), André Lemos (2009), Adilson Citelli (2019) e Maria Immacolata Vassallo Lopes (2019), relacionamos os conceitos de interatividade, dialogia e polifonia à proposição da necessidade de estabelecer novos contratos comunicacionais.

Tais contratos devem ser compreendidos como acordos não necessariamente formais, mas essencialmente transparentes, coerentes em suas proposições e portadores de soluções mais aderentes à complexidade do ambiente digital e da cibercultura já mergulhada na etapa emergente das interações de ampla escala com softwares e aplicativos de Inteligência Artificial Generativa (IA Gen) e demais aparatos sociotécnicos, configurando-se em um dever comunicacional essencialmente transitório (Marassi; Nunes, 2024).

2. EDUCOMUNICAÇÃO: UM CAMPO DE INTERFACE

Se partimos da afirmação de que a comunicação perpassa as relações sociais e culturais, os processos de aprendizagem e a leitura da realidade de forma coletiva e individual, iniciamos esta reflexão adotando a premissa de que compreender em profundidade o processo comunicacional e sua efetividade em construir laços de sociabilidade é essencial para a garantia de um ambiente democrático.

A partir disso, torna-se necessário o entendimento de tal processo, destacando-se a importância da linguagem em seu caráter fundamental na construção de subjetividades e entrelaçamentos coletivos. Também é preciso refletir acerca da leitura da palavra. De acordo com Paulo Freire (2017, p.9), a leitura do mundo precede a leitura da palavra como parte desse aprendizado, no qual o contexto

social e cultural de qualquer indivíduo deve ser considerado no âmbito do estudo.

Se a leitura do mundo precede a leitura da palavra, a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se atravessam dinamicamente. A compreensão do texto, a ser alcançada por meio de leitura crítica, implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (Freire, 2017).

Nessa perspectiva, entende-se que a leitura e a comunicação são procedimentos em que os envolvidos fazem parte da construção e desenvolvimento, atuando como sujeitos. Segundo o pensamento freiriano, na prática da comunicação democrática e crítica, a leitura do mundo e a leitura da palavra caminham lado a lado, tendo seus comandos dados a partir de palavras, temas significativos e da experiência comum de quem recebe e produz as informações veiculadas e produzidas.

A comunicação, assim sendo, se dá como uma coparticipação dos sujeitos no ato de conhecer e implica em uma reciprocidade que não pode ser rompida. A comunicação se entende como diálogo na medida em que não é transferência de conhecimento, mas um encontro dos sujeitos e interlocutores que seguem em busca da informação. A educomunicação surge, com isso, como uma área de mediações, a qual cria ecossistemas comunicativos que tornam-se instrumento no eixo norteador dos processos educativos.

Por isso, pode-se dizer que o domínio desse paradigma é sempre oportunidade de questionamentos, de busca de conhecimento e construção de saberes, sendo também um espaço para ações e experiências que levam a desdobramentos múltiplos. A educação só é possível enquanto ação comunicativa, uma vez que a comunicação se configura como um fenômeno presente em todos os modos de formação do ser humano.

Toda comunicação, enquanto produção simbólica e intercâmbio de transmissão de sentidos é, em si, uma ação educativa. Uma comunicação dialógica e participativa contribui para a prática educativa e, conseqüentemente, para o aumento da motivação, a maximização das possibilidades, da tomada de decisão e da mobilização para ação.

Com a comunicação como parte do processo educativo, a educomunicação parte do princípio de que educar pela comunicação e desenvolver uma relação de interdisciplinaridade e interdiscursividade são fundamentais para a formação de um indivíduo com senso crítico, independência de pensamento e com ampla leitura de mundo.

Educar o público para que tenha uma atitude crítica diante de mensagens com as mais diversas características, sejam elas políticas, culturais ou publicitárias, é também elaborar (r)e(x)istências aos efeitos cada vez mais intensos de uma cultura digital permeada pela centralidade do poder algorítmico e pelo que Letícia Cesarino aponta como “contexto de desorganização epistêmica profunda, no qual a comunidade científica e o sistema de peritos de modo mais amplo deixam

de gozar da confiança social e da credibilidade que antes detinham” (Cesarino, 2022, pp. 77-78).

Ao reconhecer e codividir preocupações, a educomunicação se situa em um local de interface com a função de qualificar relações, através de pressupostos como democracia, dialogicidade, expressão comunicativa e gestão compartilhada dos recursos de informação. Outro conceito-chave para compreender tais ações é o de ecossistema comunicativo, usado para designar as teias de relações das pessoas que convivem nos espaços onde esses conjuntos de relações são implementados.

O conjunto das ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, dessa forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas (Soares, 2011, p.36).

Por intermédio das suas áreas de intervenção, a educomunicação tem como ponto de partida o fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos, com objetivo de promover e ampliar as relações de comunicação entre educadores, educandos, comunicadores e todos os demais agentes da comunidade educativa.

2.1 EDUCOMUNICAÇÃO POSSÍVEL E O PENSAMENTO COMPLEXO

Enquanto herdeiras de uma tradição latinoamericana de luta política, a práxis e a teoria educucomunicativa colocam sua centralidade na defesa do direito à expressão e à comunicação. Espaços culturais, educativos e comunicativos proporcionam momentos de mediação de discursos e trocas de conhecimento que podem enriquecer o diálogo entre os indivíduos e a reflexão sobre o mundo.

Assim, a educação para a comunicação deve oferecer condições para que a comunidade descubra a natureza dos processos de comunicação em que está inserida, ajudando seus membros a desvendar os mecanismos pelos quais a sociedade se estrutura. Deve, ainda, favorecer o exercício de práticas comunicacionais democráticas e libertadoras nas brechas de uma educomunicação possível:

É nesta encruzilhada entre o existente e o a ser construído que encontramos a Educomunicação possível, isto é, práticas educucomunicativas que acontecem na fresta, na brecha do sistema em crise, que resulta do atrito entre velhas práticas e estruturas organizacionais, e as novas realidades cotidianas e seus desdobramentos, como é o que vem ocorrendo nos campos da comunicação e da educação existentes, e que desafiam todos a lidarem com o novo a partir da herança cultural que temos e no contexto social em que vivemos, manifestados em hábitos, concepções e valores (Viana, 2017, p. 926).

Ao agregar os aspectos teóricos e práticos, a interface educucomunicativa pode ser compreendida em sua complexidade na interação dialógica sujeito-sociedade-cultura. Ao não se esquecer dessas relações entre indivíduos, reconhece os indivíduos como próprios transmissores e geradores da cultura e do conheci-

mento. Para Morin (p. 199, 2011), só pode ser considerado autônomo e emancipado o conhecimento que se apresenta de forma complexa. Dessa forma, ele “deve ser aberto a críticas, ultrapassar os limites teóricos, metodológicos e o rigor científico, e ser contextualizado social e culturalmente”.

A educomunicação, feita através das práticas sociais, resulta em iniciativas fundamentais para refletir o assunto e pensar em soluções. Espaços culturais e educativos proporcionam momentos de mediação de discursos e trocas de conhecimento que podem enriquecer o diálogo entre os indivíduos e a reflexão sobre o mundo.

3. COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: O DIREITO À COMUNICAÇÃO

Após a introdução sobre o campo da educomunicação, abordamos agora o conceito e a essência da comunicação comunitária, compreendida como prática dedicada ao relato dos fatos de uma determinada comunidade. É por meio dela que se promove o resgate individual e coletivo dos sujeitos a partir da valorização da cultura local, da coletividade e da noção de pertencimento. Até os anos de 1990, a comunicação popular e comunitária era vista essencialmente como instrumento de mobilização e necessidade de expressão dos movimentos sociais.

Em uma perspectiva histórica, o acesso aos meios de comunicação foi compreendido como direito à cidadania. Sem dúvida, o pacto civilizatório representado pela Constituição Federal de 1988, ao marcar direitos e deveres de cidadãos e cidadãs, joga luz sobre o direito à comunicação. No Capítulo V, Art. 220¹, é garantida a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, de qualquer forma, garantindo que profissionais ou veículos de comunicação não sofrerão nenhum tipo de restrição ou censura.

Além do direito à informação, a Constituição Cidadã, que completou 36 anos em 2024, assegura a toda pessoa o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideais de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no Artigo 19º, assegura que “todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio”. Outros direitos presentes e assegurados pela Declaração são o direito à liberdade de informação e o direito ao acesso e uso dos meios de comunicação e das tecnologias da informação e comunicação, como uma questão de cidadania. Nesse sentido, a comunicação comunitária se tornou oportunidade de proporcionar aos indivíduos o exercício da cidadania e do direito à comunicação de forma ativa, e não somente como meros espectadores.

1 Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 29 out. 2024.

Sendo assim, o cidadão, ao participar de um sistema de comunicação comunitária, poderia interferir no processo de construção das notícias, reportagens, entrevistas e publicação, além da divulgação das mesmas. O corpus de atuação e prática da comunicação comunitária certamente se relaciona com a educomunicação justamente por incentivar o protagonismo da comunidade. Nesse cenário, o indivíduo é produtor de conteúdo, de informação, podendo dela participar e ser agente no processo de construção social.

Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do "povo". Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o "povo" como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa (Peruzzo, 2009, p.49-50).

A educomunicação também é erigida por meio das práticas sociais, assim como a comunicação comunitária e o jornalismo produzido em comunidade. Essas práticas resultam em iniciativas fundamentais para refletir a emancipação e pensar em soluções. Espaços culturais, sociais e educativos proporcionam momentos de mediação de discursos e trocas de conhecimento que podem enriquecer o diálogo entre os indivíduos e a reflexão sobre o mundo. Sob a luz da participação popular, Peruzzo propõe uma relação horizontal entre os sujeitos envolvidos na trama da comunicação comunitária.

A participação popular na comunicação comunitária pode significar o simples envolvimento das pessoas, geralmente ocasional, no nível das mensagens, ou seja, dando entrevistas, avisos, depoimentos e sugestões, ou cantando, pedindo inserção de músicas ou aderindo a concursos; elaborar matérias (notícias, poesias, desenhos); compartilhar a produção global do jornalzinho, do programa de rádio, etc; tomar parte na definição da linha política, do conteúdo, do planejamento, da edição, do manejo de equipamentos; compartilhar o processo de gestão da instituição comunicacional como um todo" (Peruzzo, 1998, p. 143).

Portanto, o direito à comunicação se reflete em ambas as práticas, em que o que mais importa não é o objeto narrado, mas sim o sujeito narrador de suas vivências, experiências, seus saberes e leituras de mundo.

Nesse sentido, no atual contexto comunicacional atravessado por poderes platformizados, organizados em rede, mas altamente concentrados em megacorporações transnacionais (Castells, 1999), em uma reconfiguração que podemos classificar como um neocolonialismo de dados (Silveira, 2020; Couldry e Mejias 2019a; 2019b), parece salutar resgatar as origens da ideia de uma interatividade que não é impulsionada essencialmente por espasmos algorítmicos automatizados.

3.1 JORNALISMO COMUNITÁRIO E EMANCIPAÇÃO: UMA PRÁTICA INCLUSIVA

O jornalismo, ao longo da sua história, desde o início da circulação da Acta Diurna, passando pelo surgimento da prensa de Gutenberg, no século XV, até a sua plataformização e circulação pelas mídias sociais digitais, faz parte da tessitura das tramas das relações sociais e da interação entre os diversos sujeitos que dividem espaço e tempo comuns, construindo a narrativa da atualidade.

O jornalismo comunitário, por sua vez, surgiu como busca de alternativas para a democratização das mídias, principalmente no caso brasileiro, em que as principais corporações jornalísticas e comunicacionais permanecem ainda concentradas nas mãos de poucas famílias, mesmo fazendo parte do complexo ecossistema digital.

Deste modo, o jornalismo comunitário constituiu-se como prática capaz de ampliar o acesso à informação, propiciando interlocução entre os sujeitos do fazer jornalístico, com maior representatividade da comunidade.

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita que a pessoa se torne sujeito de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação, o que resulta num processo educativo, ainda que fora dos bancos escolares (Peruzzo, 2000). A pessoa inserida nesse processo tende a mudar seu modo de ver o mundo e de se relacionar com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura e sociabilidade.

Os meios de comunicação comunitários e populares têm o potencial de serem, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular, de produção de conteúdos informacionais e culturais, e de espaços de gestão da comunicação. Contribuem, com isso, para a construção da cidadania com elevado potencial educativo. Por meio de suas dinâmicas, o Jornalismo Comunitário, em seu contexto histórico, ajudou a facilitar a compreensão das relações sociais, a consolidar o conhecimento de vários grupos, promoveu o entendimento do debate político do país e esclareceu acerca dos direitos humanos e dos problemas locais.

A participação das pessoas na produção e transmissão das mensagens, nos mecanismos de planejamento e na gestão do veículo de comunicação comunitária, contribui para que elas se tornem sujeitos, se sintam capazes de fazer aquilo que estão acostumadas a receber pronto, fazem-se protagonistas da comunicação e não somente receptores (Peruzzo, 2000, p. 11).

A partir de tais estudos, é possível perceber como as relações entre educação e comunicação no ambiente comunitário promovem o conhecimento e mudam o modo dos sujeitos envolvidos de se relacionarem com a sociedade e com o próprio sistema de comunicação vigente. Com essas atividades, apropriam-se de técnicas e instrumentos tecnológicos do processo de produção da notícia, adquirindo uma visão mais crítica, tanto pelas informações e formações que compartilham, quanto pelo que desenvolvem através da vivência e da prática.

O traço mais marcante desse Jornalismo, segundo Raquel Paiva (2006), é a sua relação estreita com a realidade e os interesses de uma coletividade específica, neste caso, a comunidade em que atua. Se um acontecimento possui interes-

se direto para uma coletividade, torna-se fato jornalístico, e para tanto recebe o tratamento que o caracteriza definitivamente como assunto pertinente e parte da agenda temática da coletividade, portanto, sua pauta.

Nessa abordagem, é fundamental que não se perca o seu aspecto principal, por conseguinte, a capacidade de produzir olhares inclusivos sobre a comunidade e sobre o outro, a partir de um olhar próprio e protagonista. O jornalismo comunitário se insere, assim, na discussão sobre os destinos do jornalismo na busca de alternativas particulares para as questões e revisões necessárias e na proposição de narrativas inclusivas. “A produção de narrativas inclusivas tem como pressuposto que o conhecimento do cotidiano do outro é capaz de produzir um reconhecimento de identidade entre os indivíduos” (Paiva, 2006, p.70).

O potencial sensível dos meios comunitários de comunicação reside na possibilidade de ampliar as relações evidentes entre Comunicação e Educação, com o uso de propostas de produção coletiva, inclusive na perspectiva da educomunicação entre suas atividades. Com isso, é possível pensar, sob a luz dessa perspectiva, nas maneiras de agenciar tal potencial educativo, em sua afinidade com os princípios de cooperação e solidariedade, fundamentais para o fortalecimento de indivíduos e grupos.

Ao compreender o jornalismo como ação cultural pela emancipação dos sujeitos, Dennis de Oliveira retoma Freire e relaciona a prática jornalística com a educação enquanto ações para a liberdade em um ato de amar. “Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico” (Freire apud Oliveira, 2020, p.50).

O contexto atual de produção jornalística, segundo Oliveira (2020), se relaciona com o conceito de cultura do silêncio, também proposto por Freire, já que ele conserva os silenciamentos de vozes e a invisibilização de determinadas agendas. A partir desta concepção, a cultura do silêncio se articula em uma hierarquia de falas que sustenta a forma de comunicação e educação não dialógicas, alinhada, por exemplo, à “educação bancária”, definição usada por Freire para conceituar o ato de depositar conhecimento em um educando como se ele fosse somente um receptáculo, com a troca comunicativa entre o eu-objeto, e não sujeito-sujeito.

4. NOVOS CONTRATOS COMUNICACIONAIS: A PERSPECTIVA DAS EDUCOMUNIDADES

A noção de contrato de comunicação pode perpassar diversos sentidos. Contratos comunicacionais podem ser entendidos como um fenômeno de regulação das trocas entre sujeitos no cotidiano, ou seja, como se instauram acordos acerca das práticas comunicativas de uma mesma comunidade. A partir da constatação do direito à palavra, à informação e da identidade de um indivíduo, um contrato comunicacional pode estabelecer e mediar relações.

Falar a respeito de comunicação humana significa também falar do sentido que se constrói quando comunicamos, pois é necessário postular

que a linguagem cria sentido. Entretanto, o sentido, numa concepção da comunicação que se fundamenta no “direito à palavra”, não é unicamente “referencial”, e a língua não serve somente - como se dizia na época estruturalista - para recortar o mundo (Charaudeau, 2012, p. 2).

Ao adaptar tal concepção para o momento atual, é essencial pensar em uma nova esfera comunicacional e conversacional, caracterizada por dinâmicas transversais e pela ação de atores percebidos em seus múltiplos papéis. Esse cenário se desenha continuamente em um tecer de relações comunicacionais, conexões, distribuição e produção de conteúdo. As tecnologias da comunicação e da interação digitais provocam e potencializam a conversação e reconduzem a comunicação a um processo em que a agência se dá de forma descentralizada (Lemos, 2009), ainda que seja possível antever a presença cada vez mais hegemônica de espaços algoritmizados e permeados por relações automatizadas.

A esfera conversacional, segundo Lemos, é composta por distintas instâncias que enfatizam o espaço de lugar, de contato com o outro e de conversação, como as redes sociais concebidas em suas origens de forma dialógica, em algo que chegou a se configurar como possibilidade de ampliação e proliferação de conteúdos e uma desejável democratização da informação. Horizonte que, diga-se de passagem, não pode ser abandonado.

Para Rancière (2009; 2018), o campo da política é mediado por discursos que operam a meio caminho entre o “desentendimento” e a “partilha do sensível”. Os espaços para a construção desse campo comum em que a partilha do sensível se torna não apenas viável transitoriamente, mas fluida, precisam ser reconquistados o tempo todo. A mediação se dá não por processos impositivos, mas a partir de arranjos negociados, relacionando-se a uma proposta de construção de novos contratos comunicacionais (Nunes, 2024).

Na contramão da comunicação instantânea, marcada por uma avalanche de informações e produção incessante de espetáculos, trazemos aqui o conceito de educomunidade (Prandini, 2022), que se inclina a refletir sobre as interações sociais. Em sua pesquisa, a autora refletiu sobre o diálogo presente na profissão docente em cidades de dois continentes distintos, descobrindo como a comunidade e a educomunicação podem andar lado a lado e em direções complementares. Assim, surge a educomunidade, apresentada como um encontro de sujeitos e uma ação coletiva.

De acordo com Prandini (2022), ao integrarem pessoas dos mais diversos pertencimentos étnico-raciais, de gênero e classe, as educomunidades proporcionam a interação entre os sujeitos, de forma dialógica e horizontalizada. Por adotar como fundamento a co-construção de comunidades educacionais, desenham outros mundos possíveis a partir da transformação social.

Nesse sentido, constituem-se como exemplo da negociação de arranjos potentes e dialógicos, configurando-se como espaços em que um contrato comunicacional específico foi acordado entre todas as partes, criando um campo para a partilha do sensível.

4.1 INTERATIVIDADE, DIALOGIA E POLIFONIA: UM ENCONTRO COM A ALTERIDADE

Após alinhar as categorizações de educomunicação, jornalismo comunitário e a proposta de construção de educomunidades, os conceitos de interatividade, dialogia e polifonia projetam-se como caminhos para o encontro com a alteridade.

Em uma perspectiva epistemológica, a elaboração do conceito de interação transita de forma muito distinta pelos campos da tecnologia da informação, estudos da cultura, economia do trabalho, entre outros. No contexto dos estudos de cibercultura, André Lemos (2009) define a interatividade como uma característica específica dos meios eletrônicos e digitais, se diferenciando da interação analógica. Os preceitos que guiam a interação nos ambientes das redes sociais digitais, por exemplo, são mediados por algoritmos, que podem não favorecer o diálogo com o diferente e a consolidação de conexões profundas.

Ao retomar a concepção do termo “mídias sociais”, Santaella (2019), em diálogo com Lemos (2009), o classifica como excessivamente genérico e apresenta sete eras culturais atravessadas pela predominância de um tipo de linguagem, mergulhada essencialmente na cultura: oralidade, escrita, cultura de massas, cultura digital e a cibercultura. A comunicação, assim sendo, é compreendida como intrínseca ao próprio entendimento de cultura. “Não há cultura sem comunicação. Assim como não há comunicação sem signos ou linguagens” (Santaella, p.39, 2019).

Da interatividade à dialogia, Bakhtin (2016; 2013) já definiu o impulso comunicacional dialógico como aquele que coloca vida e cultura em relação. A produção sónica, nesse contexto, descentraliza o sujeito, movimenta o eixo da criação humana e coloca o autor/comunicador como um agente mergulhado no mundo social, dentro de uma interação fluida e contínua. A mediação exercida pelo discurso, imerso na linguagem, torna-se capaz de unir o mundo sensível e o mundo inteligível, valorizando o conteúdo e sua forma, mas principalmente o processo.

A dialogia também pode ser compreendida como parte do processo de interação, ao se constituir como impulso de troca e relação (Citelli; Soares; Lopes, 2019). Ao final do caminho, chegando na polifonia, o estado máximo da dialogia, encontramos a pluralidade de vozes, os múltiplos sentidos e expressões. “A polifonia é a forma suprema do dialogismo, pois se define pela convivência e pela interação, em um mesmo espaço, de uma multiplicidade de vozes” (Santaella, 2014).

O pensador e filósofo francês Edgar Morin (2011) emprega a palavra *complexus* no sentido originário da palavra, do latim, entendido como “aquilo que é tecido em conjunto”. Um conhecimento autônomo e emancipado deve se apresentar de forma complexa, ou seja, aberto a críticas, de forma a ser contextualizado nos âmbitos social e cultural. “A linguagem depende das interações entre indivíduos, os quais dependem dela para emergir enquanto espíritos” (Morin,

p.199, 2011).

O emergir de espíritos, a saída da automatização programada, se relaciona com a ideia do encontro com a alteridade, conceito de dimensão polissêmica, já que permite a percepção de que a existência do Eu só se dá na relação com o Outro (Lago; Nonato; Martins, 2019). Em um ambiente de troca comunicativa, na era da sociedade em rede, sem essa identificação sensível com o Outro, torna-se impossível estabelecer comunidades em sua concepção original e não apenas como nomenclatura mercadológica. A comunidade está inserida em uma complexidade social que, ao mesmo tempo em que não abandona as delimitações físicas, também não se restringe a elas.

Por isso, ao propor a relação entre interação, dialogia, polifonia e a criação de comunidades, à luz da perspectiva do encontro com a alteridade, é imprescindível a inclusão da escuta e do diálogo entre os sujeitos na constituição de processos que favoreçam a participação democrática, ativa e autônoma. Somente assim é possível construir caminhos para a compreensão e adoção de estratégias de enfrentamento dos desafios, a fim de movimentar as características originais das redes a favor da propagação de dados consolidados e qualificados, fazendo frente ao contexto de desinformação e negacionismos. Certamente, a educação para a comunicação oferece condições para que a comunidade descubra a natureza dos processos em que está inserida e possa perceber manipulações, desconitualizações e outras estratégias de desinformação.

5. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Movimentando os conceitos vistos até aqui para o âmbito de uma comunicação digital estabelecida a partir de um ecossistema algoritmizado e atravessado por sistemas de interação automatizada, podemos considerar que a potência identificada nos primeiros estudos parece se dissolver em interações padronizadas e opacas, muitas vezes marcadas por um ambiente de negacionismo e desinformação. Tal contexto, sem dúvida, contribui para a erosão das relações sociais e para o enfraquecimento do encontro com a alteridade.

A partir da revisão de literatura, foi possível recuperar o fio de compreensão de um pensamento que se desdobra no tempo, relacionando conceitos da área da comunicação, educação, educomunicação e suas interfaces com a interatividade, dialogia e polifonia no contexto da sociedade ultraconectada na esfera conversacional.

As interfaces entre a educação e a comunicação comunitária já foram trabalhadas anteriormente em diversas pesquisas, no entanto, ainda se pode mergulhar na investigação do campo no âmbito do trabalho jornalístico feito para e por comunidades. Além disso, outro aspecto a ser observado e trabalhado é a promoção de atividades que unam as práxis educacionais e de comunicação comunitária, uma vez que ambas as perspectivas unem propósitos, ideais e propostas de atuação cidadã e de encontro com a alteridade.

Por fim, a necessidade de estabelecer novos contratos comunicacionais,

capazes de resgatar a confiança na integridade da informação jornalística, baseia-se na adoção de uma perspectiva de “localidade” e resgate de “territorialidades”, em formatações menores, mas nem por isso menos relevantes (Nunes, 2024). Embora tais soluções nem sempre sirvam a todos, porque fogem da ideia de universalização dos padrões comunicacionais, sua adoção permite avanços consideráveis e reacende a perspectiva de um espaço do comum capaz de dar vazão às interfaces da educação e da comunicação em contexto digital.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CESARINO, Letícia. O mundo do avesso. Verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

CITELLI, Adilson; SOARES, Ismar de Oliveira & LOPES, Maria Immacolata Vassalo (2019). "Educomunicação: referências para uma construção metodológica", *Comunicação & Educação*, Ano XXIV • número 2 • jul/dez 2019, pg. 12-25.

CHARAUDEAU, P. O contrato de comunicação na sala de aula. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 1–14, 2012. DOI: 10.5216/ia.v37i1.18861. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/18861> . Acesso em 03 jun 2024.

COULDRY, N.; MEJÍAS, U. A. The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019a.

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. Data colonialism: Rethinking big data's relation to the contemporary subject. *Television & New Media*, v. 20, n. 4, p. 336–349, 2019b.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler em três artigos que se completam. Cortez editora, 2017.

LEMOIS, André. Nova esfera Conversacional, in Dimas A. Künsch, D.A, da Silveira, S.A., et al, *Esfera pública, redes e jornalismo*. Rio de Janeiro, Ed. E-Papers, 2009, ISBN 9788576502432, pp. 9 – 30.

MARASSI, A.; NUNES, M.A.M. IA, por favor, faça essa tarefa por mim. *Inteligência Artificial Generativa nos ambientes de trabalho*. Revista Organicom, Dossiê Comunicação, Organizações e Inteligência Artificial: impactos, sistemas generativos e uso de dados. Nº 44 janeiro-abril, 2024.

MORIN, Edgar. O método 4. As ideias: habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NUNES, M. M. Comunidade, pertencimento e hiperlocalidade: contratos comunicacionais no âmbito do (im)possível. In: SAAD, Beth (Org.). Olhares híbridos sobre a comunicação contemporânea. A trajetória de 18 anos do COM+. São Paulo: Editora Fi, 2024.

OLIVEIRA, Dennis de. Paulo Freire e uma prática jornalística emancipatória-decolonial. Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, v. 8, n. 2, p. 122-132, 2020.

PAIVA, Raquel. Jornalismo Comunitário: uma reinterpretação da mídia. Intercom. Portcom. 2006.

PAIVA, Raquel. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). Revista Famecos, v. 13, n. 30, p. 62-70, 2006.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. Comunicação e Sociedade, v. 2, p. 651-668, 2000.

PERUZZO, Cicilia Krohling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Editora Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicilia M. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. ECO-Pós, v. 12, n. 2, maio-agosto 2009, p.46-61.

PRANDINI, Paola Diniz. Conexão Atlântica: branquitude, decolonialidade e educomunicação em discursos de docentes de Joanesburgo, de Maputo e de São Paulo. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTAELLA, Lucia; SOUZA, Aline A. Estética & semiótica. Curitiba: Inter-Saberes, 2019.

SANTAELLA, L.. Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia. Bakhti-

niana, São Paulo, 9 (2): 206-216, Ago./Dez. 2014.

SILVEIRA, S. A. Sistemas algorítmicos, subordinação e colonialismo de dados. In:

SABARIEGO, J.; AMARAL, A. J.; SALLES, E. B. C. Algoritarismos. São Paulo, BR, Valencia, ES: Tirant lo Blanch, 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. A Educomunicação na América Latina: apontamentos para uma história em construção. In APARICI, Roberto. Educomunicação: Para além da 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

VIANA, Claudemir Edson. A educomunicação possível: práticas e teorias da educomunicação, revisitadas por meio de sua práxis. Educomunicação e suas áreas de intervenção: Novos paradigmas para o diálogo intercultural, 2017.